

Senado discute fiscalização de obras e publicidade na Copa 2014

Marcelo Casali

Senado já discute propostas que preveem a fiscalização de licitações e contratos, a exploração de espaços publicitários e regras para licenciamento ambiental de obras do evento que acontecerá no país



Torcedores fazem a festa momentos antes do jogo de abertura da Copa no estádio Soccer City, em Joanesburgo, África do Sul: uma das iniciativas proíbe uso de recursos públicos para reformar estádio privado

As atividades relacionadas à Copa do Mundo de 2014, que acontecerá no Brasil, serão regulamentadas por medidas que já foram propostas no Congresso Nacional. Um dos projetos trata da fiscali-

zação dos gastos públicos também com as Olimpíadas de 2016 e as Paraolimpíadas do mesmo ano. Outra proposta regula o uso dos espaços publicitários nos eventos, incluindo a Copa das Confederações que será

realizada no país em 2013. Já aprovado no Senado e enviado ao exame da Câmara dos Deputados, projeto de lei obriga a neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização do Mundial. **3**

Governo tenta aprovar criação da Petro-Sal nesta semana

Antes do recesso, que começa no dia 17, os líderes governistas tentam votar o projeto que cria a Petro-Sal em esforço concentrado. Também poderá ser apreciada a reestruturação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). **3**

Senadores lamentam derrota da Seleção

Os senadores Arthur Virgílio, Cristovam Buarque e José Sarney lamentaram em Plenário, na sexta-feira, a derrota da seleção brasileira para a Holanda pelas quartas de final da Copa do Mundo da África do Sul. **3**

Comissão pode votar LDO amanhã

Gerardo Magalhães



Tião Viana é autor do relatório da LDO que está na pauta de amanhã

Relatório de Tião Viana sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 depende de acordo entre governo e oposição para ser votado pela Comissão Mista de Orçamento. Há itens que, segundo a oposição, prejudicam a fiscalização das estatais. **2**

Votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser realizada amanhã pela Comissão de Orçamento; licitações de estatais poderão ter preço global como base

LDO: fiscalização de estatais divide governo e oposição

COMO GOVERNO E oposição não chegaram ainda a acordo sobre alguns pontos do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, a Comissão Mista de Orçamento adiou de quarta-feira passada para amanhã a votação da matéria.

Entre os pontos ainda pendentes do projeto da LDO, de acordo com a oposição, está o dispositivo – incluído no substitutivo – que libera as empresas estatais da obrigação de fazer uso das tabelas oficiais de custos unitários – Sicro e Sinapi – na apuração dos custos dos projetos em licitação. Pela redação, devem seguir as tabelas apenas órgãos e entidades submetidos à Lei de Licitações (Lei 8.666/93).

Para a oposição, a fiscalização sobre as estatais pode ficar prejudicada.

Informações obtidas junto à assessoria do senador Tião Viana (PT-AC), relator da LDO, indicam que o dispositivo foi negociado com a Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico (SPI), do Ministério do Planejamento, e com o Tribunal de Contas da União (TCU). Se aprovado, as estatais ficariam autorizadas a licitar obras e serviços com base em preço global, deixando de lado a sistemática de apurar os custos de cada insumo ou serviço empregado com base no valor unitário das tabelas oficiais.

A aprovação do dispositivo

pode abrir caminho para a superação de atritos que hoje marcam as relações do TCU com a Petrobras. Com base em dispositivo da própria Lei de Licitações, um decreto presidencial (Decreto 2.745/98) instituiu regime próprio de licitação para a estatal, o que vem sendo contestado pelo órgão. Obras em aeroportos para a Copa do Mundo de 2014 e projetos para as Olimpíadas de 2016 também podem ganhar regime próprio, como previsto na Medida Provisória 489/10.

Não é incomum o TCU apontar superfaturamento quando identifica desacordo em itens específicos de uma obra com relação aos preços das tabelas.

Sessão celebra Dia Internacional do Cooperativismo

O Congresso tem sessão solene conjunta hoje, às 11h, para comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo – celebrado neste ano em 3 de julho – e os 40 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A sessão será realizada no Plenário do Senado.

Criada em 1969, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista no país. Atualmente, segundo informações

da entidade, a OCB representa 7.600 cooperativas em todo o país, que contam com 7,6 milhões de associados.

Essas cooperativas atuam em 13 ramos, entre os quais agropecuária, saúde, trabalho, educação, habitação, crédito, consumo, serviços, eletrificação e telecomunicação. Só o setor de crédito tem mais de mil cooperativas, contabilizando 1 milhão de associados, conforme a OCB. Essas cooperativas geram cerca

de 170 mil empregos diretos.

O Dia Internacional do Cooperativismo foi instituído em 1923 e é comemorado no primeiro sábado de julho de cada ano. Na história do cooperativismo no Brasil, os jesuítas se destacaram formando grupos de sociedade solidária, já em 1610. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, esse modelo de sociedade, fundamentado no trabalho coletivo, perdurou por cerca de 200 anos.



Jonas Pereira

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida. Ele anunciou na quarta-feira a inclusão do maior e mais preservado monumento militar do Brasil, a Fortaleza de São José de Macapá (Amapá), na lista de monumentos candidatos ao título de Patrimônio Histórico da

Humanidade a ser encaminhada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A fortaleza foi construída em meados do século 18. Luiz Fernando de Almeida também deu informações sobre projeto de restauração da Igreja das Mercês, em São Luís do Maranhão, construção de 1654 erguida em pedra e cal pelo padre Antônio Vieira, onde ele pregava seus sermões.

Comissão elabora Código de Conduta do Servidor do Senado

A comissão encarregada de elaborar o Código de Conduta do Servidor do Senado realizou sua primeira reunião na quinta-feira, quando foram discutidas iniciativas básicas, metodologia e roteiro dos trabalhos. Criada em 29 de junho por ato da Diretoria-Geral, a comissão, presidida por José Mendonça de Araújo Filho, lotado na Primeira-Secretaria, terá 90 dias para concluir os trabalhos.

De acordo com o diretor-geral, Haroldo Tajra, a exemplo de vários órgãos públicos, o Senado também precisa dispor de um código de conduta para o seu servidor.

No entendimento da diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Doris Marize Peixo-

to, a criação do código envolverá consulta aos servidores do Senado, para garantir ampla participação na consolidação de um instrumento “capaz de dirimir eventuais dúvidas quanto a possíveis conflitos de interesses surgidos no exercício do cargo ou função”.

Doris Marize considera que a Casa já conta com dispositivos que disciplinam a conduta dos servidores, mas eles estão dispersos em atos internos e documentos de diferentes hierarquias. Essa dispersão dificulta a consulta, justificando, assim, a elaboração de um único documento, de fácil acesso aos servidores, que oriente o desempenho das suas funções de rotina.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão não tem pauta de votações e será destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

Congresso Homenagem ao cooperativismo

11h O Congresso comemora o Dia Internacional do Cooperativismo – celebrado neste ano em 3 de julho – e os 40 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A sessão será realizada no Plenário do Senado.

Terça-feira

CE Recenseamento escolar

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte se reúne para analisar, entre outros itens, projeto que garante o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

Quarta-feira

CCT Arrecadação do Fust pela Anatel

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia vota projeto que trata da competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

CDR Incentivo ao desenvolvimento de Roraima

9h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo examina projeto que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Boa Vista.

Conjunta Política Nacional de Resíduos Sólidos

11h Às 11h, reunião conjunta das comissões de Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente para analisar projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por José Sarney

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Esforço para votar criação da Petro-Sal

O Plenário realiza amanhã e quarta-feira um esforço concentrado para a votação de matérias consideradas prioritárias, que devem ser analisadas antes do recesso, a partir de 17 de julho.

O projeto que deverá mobilizar o empenho dos representantes do governo é o PLC 309/09, que autoriza a União a criar uma estatal para gerir os contratos de exploração do pré-sal – a Petro-Sal.

Esse é o último dos projetos do marco regulatório do pré-sal que o governo espera aprovar antes das eleições. Também deve ser votado no esforço concentrado o projeto que reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Eleições

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu na sexta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, que, em determinadas sessões, adote esforços concentrados para viabilizar as votações no período que antecede o pleito. Disse que as “paradas” nos trabalhos do Congresso, por conta do pleito, não diminuem o Legislativo.

Virgílio afirmou que a atividade dos parlamentares candidatos nas ruas, prestando contas e ouvindo o povo, não é menos importante do que o discurso no Plenário.

Segundo o líder do PSDB, exigir que um parlamentar fique no Congresso todos os dias seria o mesmo que pedir, há dois anos, que Hillary Clinton ou Barack Obama não fizessem campanha como pré-candidatos, porque na época eram senadores.

Virgílio previu para o esforço concentrado de amanhã e quarta-feira a votação das PECs da Juventude e do Divórcio – a primeira estende aos jovens a proteção e os direitos já assegurados às crianças e aos adolescentes, e a outra desburocratiza a dissolução do casamento.

O senador disse ter muita convicção de que a proposta que prorroga até 2033 os incentivos fiscais do Polo Industrial de Manaus será votada nesse esforço concentrado.

Copa de 2014: projetos para fiscalizar gastos e publicidade

Propostas em análise no Senado tratam da fiscalização de licitações e contratos, uso de espaços publicitários e licenças ambientais para realização do evento esportivo no Brasil

PARA REGULAMENTAR AS atividades relacionadas à Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil, já tramitam no Senado projetos de lei sobre o evento. Fiscalização de licitações e contratos, uso de espaços publicitários, licenças ambientais e emissões de gases causadores do efeito estufa estão entre os assuntos abordados nessas propostas. Algumas delas, aliás, não se restringem à Copa, estendendo-se também a outro evento que ocorrerá no país: as Olimpíadas de 2016.

Um desses projetos é o PLS 480/09, proposto pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), que trata da fiscalização dos gastos públicos com a próxima Copa, as Olimpíadas de 2016 e as Paraolimpíadas do mesmo ano. A proposta prevê a formação de um grupo técnico de trabalho composto por servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU), que terá entre suas atribuições a elaboração de estratégias de fiscalização.

Esse projeto de lei foi apresentado em 2009, dois anos após a realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro – evento sobre o qual houve denúncias de irregularidades e desperdício de recursos públicos. O texto determina que o governo somente poderá bancar “ações que não promovam acréscimo ao patrimônio de qualquer entidade privada” – o que impede, por exemplo, a reforma de estádios

privados com recursos públicos –, a não ser por meio de empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A proposta aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outro projeto é o PLS 579/09, do então senador Sadi Cassol, que altera os procedimentos sobre licitações e contratos especificamente para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Também dispensa obras e reformas da exigência de licença ambiental prévia. Segundo Cassol, essas medidas são necessárias para que haja mais agilidade nos respectivos empreendimentos. A proposta aguarda parecer na Comissão de Educação (CE).



Estádio de futebol em Durban, na África do Sul: na Copa de 2010, controle é rígido para utilização de espaços publicitários

Proposta de Raupp segue recomendações da Fifa

Também espera parecer na Comissão de Educação o PLS 394/09, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). A proposta visa regular o uso dos espaços publicitários na Copa de 2014 – e também na Copa das Confederações a ser realizada no país um ano antes. Raupp ressalta que “o projeto segue diretamente as recomendações propostas pela Fifa [entidade que rege o futebol no mundo] relativas à promoção publicitária e de marketing”.

O projeto tem o objetivo de “proteger e controlar a utilização de denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos associados aos eventos, aos organizadores, aos mantenedores dos direitos da Fifa, a seleções e atletas participantes, assim como prevenir exploração comercial não autorizada dos mesmos”.

Na Copa que se realiza agora na África do Sul, há um controle rígido sobre a utilização dos espaços publicitários, com a proibição da divulgação de empresas que não estejam entre os patrocinadores autorizados pela Fifa. Modelos holandesas chegaram a ser detidas nos estádios por estarem usando roupas alusivas a uma empresa que não é patrocinadora oficial da Copa do Mundo.

Projeto obriga neutralização dos gases de efeito estufa

Já aprovado pelo Senado, aguarda deliberação da Câmara projeto que estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da Copa de 2014. A proposta foi apresentada em 2008 pelo então senador Expedito Júnior. O texto determina que o cálculo das emissões a serem compensadas seguirá metodologia aprovada por órgão governamental competente.

Em março, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debateu em seminário medidas necessárias para que as obras da Copa de 2014 sejam sustentáveis e responsáveis social e ambientalmente. Os quatro especialistas convidados defenderam a aprovação de dois projetos em tramitação: o PL 630/03, que cria um fundo especial para financiar pesquisas e fomentar a produção de energia elétrica e térmica a partir da energia solar e da energia eólica; e o PLS 311/09, que institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfa) e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa, de autoria do senador Fernando Collor (PTB-AL).



Mão Santa quer abono para quem recebe benefício de prestação continuada

Mão Santa propõe abono natalino a deficientes e idosos

Mão Santa (PSC-PI) defendeu a concessão de abono natalino aos idosos e às pessoas com deficiência que recebem o benefício de prestação continuada. Projeto de lei instituindo esse abono, proposto pelo próprio senador (PLS 165/10), tramita na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ele disse que a criação do abono é uma medida justa por dar aos mais carentes isonomia com outras categorias que recebem benefícios da Seguridade e da Previdência Social. Além disso, o abono viabiliza a inclusão dos mais necessitados nas festas de fim de ano. As despesas deverão ser custeadas com recursos do orçamento da Seguridade Social.

Serys quer limitar compra de terras por estrangeiros

Preocupada com as notícias de que estrangeiros aumentaram substancialmente nos últimos anos a compra de terras agrícolas no país, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou que lutará pela aprovação de uma lei que limite o tamanho das propriedades que podem ser registradas por eles. Ela citou reportagem do *Correio Braziliense* que informa que já existem 4,3 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros.

Conforme a senadora, o crescimento econômico exige cada vez mais terras para produção de alimentos e de biocombustíveis. Com 300 milhões de hectares de terras agrícolas, o Brasil se tornou alvo de estrangeiros.



Serys: crescimento exige cada vez mais terras para alimentos e biocombustíveis

Senadores lamentam desclassificação

A tristeza que tomou conta dos torcedores após a desclassificação da seleção brasileira de futebol da Copa de 2010 foi também uma demonstração positiva de patriotismo, ana-

lisou na sexta-feira o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A pobreza ou a precariedade dos sistemas de educação ou saúde no país deveriam “provocar uma tristeza tão profunda

quanto a tristeza de perder a Copa do Mundo”, comparou.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), por sua vez, avaliou que o país tem “maturidade suficiente para lidar com isso [a derrota]

muito bem”.

Na presidência da Mesa, José Sarney solidarizou-se com os jogadores, porque “eles se esforçaram, pretenderam fazer o melhor”.

Parlamentar afirma que as melhorias a serem realizadas na refinaria de seu estado devem facilitar a implantação e a consolidação de um polo petroquímico em Manaus

Cecilia/Vegada



Senador se diz aliviado pelo fato de que suposta desativação da Reman não passava de boato



AgênciaPetrobras

Virgílio destaca anúncio de investimentos na Reman

ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) anunciou em Plenário a decisão da Petrobras de fazer investimentos na Refinaria de Manaus (Reman), com a finalidade de modernizar as operações e ampliar o leque de derivados ofertados.

Entre as obras previstas na Reman, de acordo com informações recebidas do Ministério de Minas e Energia, estão a construção de uma unidade de diesel com capacidade para 2.500 metros cúbicos/dia; uma unidade de extração de enxofre de nafta, com capacidade de

1.500 metros cúbicos/dia; e outra unidade para produção de ácido sulfúrico, com capacidade para 11 toneladas/dia.

– Com as modificações e os investimentos planejados, projetados e prometidos pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras, temos condições para a implantação e a consolidação de um polo petroquímico – disse o parlamentar.

Arthur Virgílio se disse aliviado por ter se certificado de que não eram procedentes os boatos sobre uma suposta intenção da Petrobras de desativar a

Refinaria de Manaus.

O senador comemorou ainda a possibilidade de a Proposta de Emenda à Constituição 17/08, de sua autoria, que trata da prorrogação dos incentivos fiscais no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus por mais dez anos, ser apreciada pelo Senado na próxima semana, durante o esforço concentrado de votação nos dias 6 e 7 de julho.

De acordo com Virgílio, a base governista concordou em apreciar a matéria de maneira abreviada, com quebra de interstício.

Jayme Campos apoia criação de Ministério da Segurança Pública

Por entender que os narcotraficantes só serão derrotados se o Estado brasileiro usar técnicas e armamentos modernos, o senador Jayme Campos (DEM-MT) apoiou, na quinta-feira, a intenção do candidato à Presidência da República José Serra de criar o Ministério da Segurança Pública. Para ele, só um ministério terá condições de articular todos os órgãos federais e estaduais de combate ao crime organizado.

– Não estamos falando de conter brigas de vizinho; estamos falando do crime organizado, que tem armas muitas vezes superiores às da própria polícia. O narcotráfico tem dimensão internacional e, por isso, precisa-

mos de um sistema permanente de perseguição aos criminosos, com helicópteros, aviões, barcos, veículos possantes. Temos de monitorar nossos milhares de quilômetros de fronteiras.

Jayme Campos observou que o narcotráfico estendeu seus braços por todo o país, informando que, em menos de 12 horas, três pessoas foram assassinadas pelos traficantes de drogas na Grande Cuiabá. Para ele, o narcotráfico vem se transformando em “um verdadeiro Estado à parte, onde o terror, o vício e a insegurança são as principais moedas deste território do pavor”.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), por sua vez, observou que as polí-



Cecilia/Vegada

Acir Gurgacz destaca matéria publicada pela revista *Veja*

Jayme Campos observou que o narcotráfico se estendeu pelo Brasil

cias, além de receberem baixo salário, não têm equipamentos eficientes, se deslocam em carros velhos e não têm condições de investigar.

– Assim, os criminosos não são presos, não são julgados e, no final, há impunidade e ela é um verdadeiro incentivo ao crime.

José Nery: candidato do PSOL é Plínio de Arruda Sampaio

O senador José Nery (PSOL-PA) registrou em Plenário a realização da convenção nacional do PSOL em São Paulo, no último dia 30, que ratificou a candidatura da presidente nacional do partido, Heloísa Helena, ao Senado, e a do ex-deputado federal constituinte Plínio de Arruda Sampaio à Presidência da República nas eleições de outubro próximo.

Plínio de Arruda Sampaio, cuja trajetória se confunde com a da esquerda brasileira, segundo o senador, é promotor público aposentado e mestre em Desenvolvimento Econômico Internacional. Foi o relator

do projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1961-1964) e, depois, cassado e exilado. O candidato do PSOL também atuou no Chile durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e foi diretor do programa de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), permanecendo como consultor da entidade. Em 2005, rompeu com o PT, partido que ajudou a fundar, e ingressou no PSOL.

José Nery disse ainda que o PSOL não aceita uma eleição plebiscitária e que parte da mídia não considera a existência



Cecilia/Vegada

José Nery diz que seu partido recusa eleição plebiscitária para presidente

de todos os candidatos à Presidência da República.

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o PSOL pela escolha de Plínio de Arruda Sampaio e disse que os meios de comunicação devem dar a ele o mesmo espaço reservado aos outros candidatos.



Cecilia/Vegada

Marcelo Crivella confirma disputa à reeleição

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) anunciou que disputará a recondução para o Senado na eleição de outubro. Ele disse que o PRB decidiu de forma unânime pela candidatura, que também estaria sendo apoiada pela população do Rio de Janeiro, pelo presidente Lula e pelo vice-presidente José Alencar.

– Sei que nas fileiras de um pequeno partido uma campanha exige toda a nossa energia, um comprometimento sem restrições e um sacrifício sem tréguas. Mais uma vez sou chamado a enfrentar o desafio de vencer candidaturas que possuem as vantagens do capital e a hegemonia dos grandes partidos, que se eternizam no poder – afirmou.

O senador declarou que a sua candidatura não está sendo motivada pelo “instinto do poder”, mas sim pela vocação de servir. Crivella disse que nos quase oito anos que permaneceu no Senado, procurou atender “às justas e legítimas aspirações do povo do Rio”. Ele comparou sua atuação no Parlamento aos tempos em que serviu ao Exército, que teria servido com o “mesmo ânimo”, e aos tempos como missionário no continente africano e no sertão da Bahia.



Cecilia/Vegada

Marcelo Crivella: PRB decidiu de forma unânime pela candidatura

Cristovam defende contrapartida na execução de programa social

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a implementação, em âmbito global, de um programa condicionado de transferência de renda. Por meio de tal programa, seria exigida de seus beneficiários a realização de atividades que contribuíssem, de algum modo, para a melhoria de suas próprias condições de vida.

Como exemplos de ações a serem desfeitas pelas pessoas beneficiárias de políticas compensatórias, Cristovam citou a manutenção pelos pais de seus filhos nas escolas, a coleta de lixo, a limpeza de cidades e a reforma de casas.

– Há diversas formas de fazer a renda ser transferida de maneira condicionada. Eu prefiro chamar de maneira produtiva: a renda não servir apenas para o consumo, para comprar comida. A renda serve para comprar comida, mas a renda serve para que a pessoa produza alguma coisa – disse.

O parlamentar apresentou



Cecilia/Vegada

Cristovam: beneficiários podem promover limpeza e reformar casas

sua proposta ao informar sua participação, em São Paulo, como palestrante no seminário da Rede Mundial de Renda Básica.

Em aparte, José Nery (PSOL-PA) disse que a lógica da acumulação, inerente ao sistema capitalista, “jamais permitirá que a felicidade humana, a garantia de todas as condições de trabalho, da renda, da educação, da saúde, sejam efetivamente distribuídas a todos os cidadãos”.